

VISÃO DO CORREIO

Novos paradigmas na segurança pública

Novo ministro da Justiça e Segurança Pública, assumiu o cargo com a missão de enfrentar o crime organizado, entre outras tarefas da pasta. Como se sabe, não existe crime organizado sem infiltração das organizações criminosas no aparelho de Estado. Esse é o xis da questão, mas não apenas. A política de segurança pública precisa de novos paradigmas, quando nada porque os resultados obtidos até agora deixam muito a desejar. Quando as coisas estão dando errado, é preciso mudar; se tudo continuar como antes, os resultados serão um novo fracasso.

As tarefas do Ministério da Justiça são complexas: primeiro, a defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e dos direitos constitucionais, da política de acesso à Justiça, do diálogo com o Poder Judiciário e com os demais órgãos de Justiça; depois, a articulação e coordenação das ações do Sistema Nacional de Política sobre Drogas, na qual o governo federal tem a responsabilidade de promover a informação e a capacitação para a repressão do uso de drogas lícitas e ilícitas, além da reinserção social dos dependentes do uso de álcool e de outras drogas.

O Ministério da Justiça também cuida do combate à lavagem de dinheiro e ao terrorismo, da ordem de defesa nacional e dos direitos do consumidor, migrações e refúgio, da política penal do sistema penitenciário brasileiro e da proteção de dados pessoais, dos direitos digitais, da demarcação de terras em território indígena. Mas prioridade hoje é crime organizado. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na posse do novo ministro, chamou o crime organizado de “indústria multinacional”. É mesmo.

“O país e o mundo enfrentam o desafio da criminalidade organizada, como as milícias, subdivididas em inúmeras facções, ora aliadas, ora rivais. Antes restritas às áreas periféricas, hoje elas se desenvolvem em toda parte, à luz do dia, em moldes empresariais”, disse Lewandowski ao assumir o cargo.

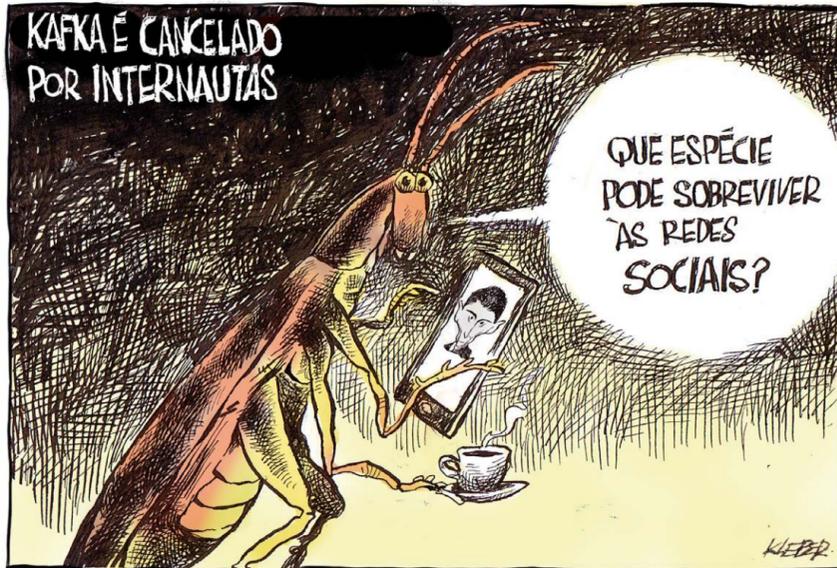
O encarceramento em massa, devido ao

endurecimento das penas, não resolve o problema, pois os presídios brasileiros se tornaram bunkers dos chefes de quadrilha e, ao mesmo tempo, escolas de delinquência. Exploração da prostituição, tráfico de drogas e de armas, ligações clandestinas de internet, controle da venda do gás e dos jogos de azar só existem porque têm apoio em setores corrompidos da segurança pública e da política.

Tem razão Lewandowski, quando afirma que dificultar a progressão do regime prisional dos detentos, do fechado para o semiaberto e, depois, para o aberto não resolve o problema, somente agrava. Há que se discutir uma nova política antidrogas. Não é um debate fácil, porque o senso comum vai na direção contrária. Mas há exemplos no mundo que merecem ser estudados, entre os quais o de Portugal, que obteve excelentes resultados.

No combate ao crime organizado, a cooperação com estados e municípios, que detêm a primazia constitucional na gestão da segurança pública, deve ser ampliada e intensificada, com compartilhamento de dados e trabalho de inteligência, com a plena utilização dos meios tecnológicos disponíveis. A recusa ao uso de câmaras por policiais e suas viaturas em operações, por exemplo, é uma espécie de negacionismo, que mascara uma concepção autoritária de ação policial cujos resultados sempre foram o aumento da violência.

Apesar dos seus limites constitucionais, o governo federal pode fazer muito, por exemplo, integrar esforços para a investigação do poderio financeiro das organizações criminosas e seu modus operandi, por meio da Receita Federal, dos Tribunais de Conta, o Coaf, Detran e outras entidades. O que está acontecendo no cotidiano das grandes cidades, entre as quais São Paulo e Rio de Janeiro, com a ocupação de territórios por traficantes e milícias, está muito próximo de um ponto de não-retorno, incompatível com um Estado democrático, o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança e o bem-estar dos cidadãos.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Direito & Justiça

Parabéns ao **Correio Braziliense** pelo oportuno e feliz relançamento do caderno *Direito & Justiça*. Sob a batuta da competente editora Ana Maria Campos, o novo conteúdo se apresenta robusto, dinâmico e amplo, contemplando temas e notícias relevantes e atuais, com alcance e atratividade tanto para o mundo jurídico quanto para a sociedade em geral. Muito sucesso e que esse importante espaço continue honrando a trilha jornalística tão bem conduzida pelo seu ex-editor, o sempre saudosos e dileto Joesemar Dantas.

» **Vitório Augusto F. Melo**

Asa Norte

Vacina para idosos

A dengue avança no Brasil e no DF, que é a unidade com a mais alta taxa no país, com 1.108 casos a cada 100 mil pessoas. Uma epidemia regional que ameaça toda a população. A manchete do *Caderno Cidades do Correio* (31/1), apontou a fragilidade de crianças e idosos diante da doença. Mas a vacinação com o imunizante japonês Qdenga só vai proteger pessoas de 4 a 60 anos — seja o que nunca tiveram a doença, seja os que já foram infectados. Os

que têm mais de 60, um grupo muito vulnerável, são excluídos. É difícil entender esta restrição e as justificativas não são claras. Por que não serão vacinados? Que risco a Qdenga traz a idosos? Há comprovação desses riscos? Essas questões as autoridades devem responder com urgência. Na verdade, os idosos foram excluídos porque os testes prévios feitos pela farmacêutica Takeda, criadora da Qdenga, que é uma vacina de vírus vivo atenuado, não englobaram o grupo com mais de 60 anos. Esses dados, portanto, revelam que não há nada conclusivo quanto à segurança e eficácia da vacina para idosos. Diante desse quadro, EUA, União Europeia, Indonésia, Argentina e outros países decidiram autorizar a aplicação da vacina para todas as idades, concluindo que ela pode trazer mais benefícios que danos aos maiores de 60 anos. No Brasil, idosos só poderão se vacinar com pedido médico. Eles poderão se vacinar na rede pública ou ainda terão de pagar na rede particular?

» **Ricardo Pires**

Asa Sul

Privatização de presídios

Impossível discordar do ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, contrário à privatização dos presídios, proposta pela equipe econômica do governo. Na posse do ministro da Justiça e Segurança Pública, o entendimento comum entre

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Oportuna a aprovação de lei que proíbe candidatos ou partidos de se apropriarem de símbolos nacionais (bandeira, hino, brasão e outros) ou associá-los às suas candidaturas. É preciso coibir os abusos cometidos na eleição passada!

Silverio Torres Correia — Brasília

Não há dúvidas de que há muitas obras do GDF, entretanto, a parte social está fraca, com muitas deficiências na área de saúde, segurança, educação e assistência comunitária.

Marcos Gomes Figueira — Sudoeste

São tantas incoerências na apuração do Sisu, que até a inteligência artificial emburreceu.

Joaquim Honório — Asa Sul

o presidente Lula, o ministro Ricardo Lewandowski e o ex-titular da pasta, Flávio Dino, é de que o crime organizado está infiltrado tanto nas instituições de Estado quanto nas organizações privadas, com tentáculos internacionais. Privatizar as penitenciárias pode significar arregaçar as porteiças para os líderes das facções criminosas, que compõem o estado paralelo. As autoridades da segurança pública admitem que os presídios têm sido um espaço de recrutamento de “soldados” pelos grupos criminosos. O Brasil, por diversas vezes, assistiu às rebeliões em penitenciárias, lideradas por elementos de facções do crime, orientados pelos chefes que estão fora da cadeia. Hoje, com todos os avanços tecnológicos, as autoridades não conseguiram impedir os detentos de se comunicarem por celulares. Não conseguiram porque não quiseram ou os governantes não têm interesse de isolar os presidiários de uma comunicação extramuros. O ministro Silvio Almeida atribuiu as irregularidades à ausência do Estado nas unidades de reclusão. Quem garante que a privatização tornará o ambiente carcerário melhor?

» **João Ariel Lima**
Sobradinho

Licença-paternidade

O patriarcalismo e o machismo imperam no Brasil e são eles que alimentam a violência masculina contra as mulheres. É devido a esses fatores que no Legislativo, no Executivo e no Judiciário elas são minoria. O Judiciário dá sinais de que busca a paridade de gênero nas estruturas de Estado. Nesta quinta-feira, ao ler a *Visão do Correio*, vi que o Legislativo até agora não regulamentou a licença-paternidade. O editorial informa que os pais têm apenas cinco dias de folga para ficar com os recém-nascidos, enquanto a legislação assegura à mulher 180 dias, com direito ao benefício previdenciário. O pai não tem igual benefício. A sua ausência do trabalho ocorre às custas do empregador. O desleixo dos legisladores em relação à licença-paternidade é um dos resquícios do machismo, que sugerem que os filhos são de responsabilidade da mulher. A parturiente que se vire para cuidar da casa, da alimentação, da higiene do lar e atender a todas as necessidades do recém-nascido e dos que nasceram. Ao homem cabe ser o provedor. Por que eximir do homem a responsabilidade de cuidar do filho recém-nascidos? Ele é o pai e deve ter direito a uma licença-paternidade, pelo menos, por igual duração válida para a mulher: seis meses. Legisladores, trabalhem em favor do povo.

» **Herondina Soares**

Asa Norte



MARCOS PAULO LIMA

marcospaulo.df@cbnet.com.br

Dez anos depois da Copa...

A Copa do Mundo de 2014 completará 10 anos em 12 de junho. Quase uma década depois, as mazelas do ex-país do futebol continuam expostas. Incuráveis. Antes, durante e depois do evento, a competição era tratada pelo governo local, federal, a CBF, o Comitê Organizador e a Fifa como santo remédio. O choque de realidade necessário para reinventar — e modernizar — a relação de 200 milhões de apaixonados com o esporte.

Palavras ao vento. Quantas vezes você ouviu a turma do oba-oba apelar ao legado para justificar investimentos insanos em obras. Algumas inacabadas ou abandonadas. O Brasil zombou do padrão Fifa. Fabricou memes em série para tripudiar da excelência da organização. Uma década depois, mantêm sociedade com a esculhambação. Até outro dia, a CBF não tinha presidente; e a Seleção, técnico. Em novembro do ano passado, o pau quebrou na arquibancada do Maracanã antes de Brasil 0 x 1 Argentina.

O Pan-2007, a Copa das Confederações-2013, a Copa do Mundo-2014, a Olimpíada do Rio-2016 e a Copa América em 2019 e em 2021 foram aulas magnas no quintal de casa sobre gestão de grandes eventos. Hoje, há quem venda ingressos on-line e exija que o torcedor saia de casa e dirija-se à fila presencialmente para retirar o tíquete impresso.

O Brasil recebeu gramados de ponta na Copa de 2014. Dez anos depois, é incompetente para oferecer campos naturais ou sintéticos de alto padrão. A semana começou com imagens horripilantes do piso artificial do interdiado Allianz Parque do Palmeiras.

Dez anos depois da Copa, perdemos para a violência. O DF é incapaz de dar segurança ao duelo de maior rivalidade da capital: Gama x Brasiliense terá torcida única, no Bezerão. O maior público recente do duelo é 14.599 pagantes na final de 2019, no Mané Garrincha. Não há garantia de paz aqui nem em São Paulo ou Belo Horizonte. Dérbis paulistas e mineiros são restritos ao mandante, no entanto, a Supercopa Rei entre Palmeiras e São Paulo, organizada pela CBF, receberá tricolores e alviverdes no Gigante da Pampulha. O Carioca e o Gaúcho recebem duas torcidas. Amanhã, o Clássico dos Milhões terá flamenguistas e vascaínos, no Maracanã.

Um dos legados da Copa são arenas erguidas em cidades cujos torneios domésticos não as lotam. O público total dos 51 jogos do Candangão em 2023 deu 26.467 pagantes. Construído por R\$ 1,575 bilhão, o Mané Garrincha tem capacidade para 72.788 pagantes.

Resultado: lá se vão 10 anos do “projeto” adote um elefante branco. Em um mês, jogos do Carioca passaram por três estádios deficitários do Mundial de 2014: Mané Garrincha, Arena das Dunas e Arena da Amazônia. Manaus evoluiu. Em uma década, a cidade saltou da Série D para a B. Campeão da C em 2023, o Amazonas FC figura na segunda em 2024. Brasília engatou marcha à ré. Dizia-se que o Mané mudaria o patamar do futebol local. Dez anos depois da Copa, só temos times na última divisão de um Brasileiro que deve virar Liga em 2025, mas hoje é dividido em duas ligas que não conseguem virar uma.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e.VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax: (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214.1211 - Fax: (61) 3214.1205 - Sucursal São Paulo: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar - Jardim Paulista - CEP: 01403-000 - São Paulo/ SP Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associados@uaigiga.com.br. Sucursal Rio de Janeiro: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 e 120, Bloco 2, 1º andar - São Cristóvão - CEP: 20940-200 - Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalf@uaigiga.com.br. REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo - Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 - Barro Preto - CEP: 30.180-070 - Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiaabril.com.br. Região Sul - HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 508 - Menino Deus - CEP: 90.160-240 - Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hmr@hrmmultimedia.com.br. Regiões Nordeste e Centro Oeste - Goiânia: Exitto Representações - Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C-2, Jardim Pinalto - CEP: 74333-140, Goiânia-GO - Telefones: 62 3085-4770 e 62 3912-6119. Brasília: SA Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D - 15º andar - Ed. Oscar Niemeyer - salas 1502/3 - CEP: 70.316-900 - Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. Região Norte - Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K - Ed Embassy Tower, salas 701/2 - CEP: 73.340-000 - Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.br.

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Notícias Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e DA Press. Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO

Assinante/leitor/ classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG-Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.

Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568 / 0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: diapress@dabr.com.br. Site: www.dapress.com.br

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R\$ 837,27

360 EDIÇÕES
(promocional)

DIÁRIOS ASSOCIADOS **DA**

DA LOG

Agenciamento de Publicidade